

# A vitória do marketing

*Os bolsões de prosperidade que os neoliberais propõem não resolvem questões sociais*

Luiz César Faro e  
Ricardo Bueno

O isolamento do social, órfão de ideologias, destruído como insumo da produção, carente de “intervenção governamental eficiente” e posto à margem pela nova antiética empresarial, pode ser considerado produto de uma perda mais ampla de conexão com a realidade. O sociólogo francês Jean Baudrillard, em recente “ensaio sobre os fenômenos extremos”, chama a atenção sobre esse novo e perverso cenário de perda do cordão umbilical entre uma economia vestal e produtiva e uma outra abastardada e enferma; cenário este em que o fictício assume o papel do real e sua recíproca é igualmente verdadeira. A “nova economia real” seria a primeira, em torno da qual orbitaria uma economia de ficção, dos miseráveis e desesperados. Por essa ótica, seria utópico pensar numa junção entre os dois planos. A lógica da nova economia real é a mesma que multiplica dívidas impagáveis — criando, inclusive, um mercado secundário de riquezas negativas — ou que reproduz, metastaticamente, um volume de capitais especulativos sem qualquer relação com a economia física da oferta e demanda de mercadorias (convém não esquecer que o volume de capitais financeiros é 45 vezes maior do que o volume de trocas comerciais).

O secretário de Assuntos Estratégicos, Eliezer Batista, costuma dizer que o “capital é egoísta, apátrida e covarde”. Possivelmente o sucesso neoliberal do ponto de vista da geração de resultados deriva dessas características de supercompetitividade. Mas são elas também as principais condicionadoras de algum nível de intervenção ou arbitragem do Estado na dinâmica histórica do capital, catalizando a maior das contradições de sua ideologia mater: a “mão invisível”, que resolveria todas as fraturas da economia, simplesmente ignora variáveis inseparáveis do social, tais como a ética e a fraternidade.

O marketing do pensamento neoliberal é ainda mais notável quando se verifica que sua teoria é inteiramente negada pela práxis. Na realidade, o mundo inteiro

atravessa hoje uma crise sem precedentes porque sua ideologia de fachada não encontra a mesma referência de sucesso quando aplicada. É a velha história do faça o que eu digo, não faça o que eu faço. Num mundo sem a sublimação maniqueísta da guerra fria, em que, notadamente, só existe um lado vitorioso, é fascinante e ao mesmo tempo dramático assistir às explosões multiraciais, à proliferação dos guetos e bolsões de pobreza e à redução crescente dos postos de emprego vis-à-vis o crescimento vegetativo populacional, temperados com o resgate dos nacionalismos, a escalada dos protecionismos tarifários, a revisão das críticas às políticas compensatórias do massacre social e a confissão de que o desenvolvimento não é sustentável e muito menos aplicável à grande maioria. Ao vencedor, portanto, as batatas.

Um exemplo magnífico dessa contradição entre o propugnado e o realizado pode ser encontrado na mensagem sobre o “Estado da União”, apresentada pelo presidente George Bush ao Congresso dos Estados Unidos, em 28 de janeiro de 1992. Nessa peça de jactância e confesso reconhecimento da sua posição imperial, Bush faz desfilar ao lado do tradicional proselitismo contra “os impostos altos, gastos excessivos do Governo e regulamentação excessiva” uma série de medidas no melhor estilo keynesiano. Juntamente com o anúncio de investimentos da ordem de US\$ 150 bilhões em projetos de construção e manutenção no setor de transportes, e criação de um novo incentivo

de 15% nos impostos para investimentos (preferencialmente os intensivos em mão-de-obra), o guardião da fortaleza neoliberal oferece um crédito tributário de US\$ 5 mil para a compra da primeira casa, destina US\$ 4,4 bilhões para o pagamento de salário-desemprego, crédito tributário de US\$ 76 bilhões para pesquisas e desenvolvimento, gastos de US\$ 800 bilhões com saúde e o lançamento de programas governamentais — portanto, de planejamento centralizado — com incentivos para criação das “Novas Escolas Americanas” e abertura das “Zonas de Empreendimento”, que irão levar as empresas às cidades do interior. Atenção! Quem falou foi o mesmo homem que anunciou sua perseguição obsessiva e implacável

aos subsídios concedidos por outros países do mundo, que reduzem o mercado de trabalho para os legítimos norte-americanos.

O exílio forçado do social em nossas paragens se reveste de uma característica ainda mais dramática: a imposição da idéia de que a miserabilidade é crônica e irresolúvel. Por essa ótica imobilista e de submissão ao marketing vitorioso, ela somente poderá ser minorada com a ocorrência do crescimento da “nova economia real”, dos setores que respondem às exigências externas, *tradebles* e financeiros. São os segmentos da economia que cada vez mais se integram competitivamente com o exterior e cada vez mais desintegram, internamente, o social. Não que eles sejam nocivos ou excludentes num modelo integrado de desenvolvimento. Mas, o fato é que a aposta nesses isolados bolsões de prosperidade está sendo apresentada como solução, quando é apenas uma parte dela.

Uma recente pesquisa aplicada pela Price Waterhouse, no quadrimestre de maio a agosto, junto às 500 maiores empresas do país — uma amostragem, portanto, representativa da aplicação das mais modernas técnicas de gerenciamento —, revela que o esperado aumento da produtividade e do faturamento, decorrente da receita de vendas para o quadrimestre seguinte, não é acompanhado pelo aumento no número de empregos. Aliás, muito pelo contrário, a expectativa é de um recuo médio de 0,3%. E, para não se pensar que se trata de um acidente estatístico, a previsão para o re-

*A teoria  
neoliberal  
é freqüentemente  
negada pela  
práxis*



Luiz César Faro é jornalista; Ricardo Bueno é jornalista e professor de Economia da Faculdade Cândido Mendes.





Eliezer Batista, secretário de Assuntos Estratégicos, costuma dizer que o "capital é egoísta, apátrida e covarde"

sultado anual é de queda de 0,5% no emprego, com uma expectativa proporcionalmente crescente de ocupação da capacidade instalada e aumento da receita operacional.

Essa quebra de um dos alicerces da espinha dorsal macroeconômica, que tinha como verdade uma correlação entre a elasticidade do crescimento do produto e o aumento da absorção da mão-de-obra, inverte a ordem da nossa antiga receita de bolo e desafia o coro dos profetas da "Nova Ordem". Os cálculos paramétricos do exercício macroeconômico, que apontavam como referencial mais aproximado da realidade um determinado aumento no volume de riqueza como contrapartida à demanda social, caiu por terra. No Brasil, não vale mais a fórmula de que um crescimento de 7% do Produto Interno Bruto é suficiente para a absorção da mão-de-obra nova, decorrente do crescimento vegetativo da população. Muito menos a simulação de que um crescimento de 10% do Produto Industrial é suficiente para aumentar o emprego na indústria em torno de 6,5%. Novos exercícios dão conta de que a mesma majoração no Produto Industrial sanciona um crescimento de apenas 3% nos novos postos de trabalho. Já com relação ao PIB,

mantido o atual modelo — que poderia muito bem ser chamado de uma política de desconexão —, ninguém sabe em quanto o produto terá que ser multiplicado para atender somente à intitulada "mão-de-obra virgem". Inauguramos, assim, nova era: a do crescimento para trás.

Uma expressiva parcela de analistas que formam a opinião nacional tenta desanuviar o descolamento da retina econômica do país com o colírio das justificativas passivas. O Brasil teria dado as costas para o social em função da crise de empobrecimento da década de oitenta, motivada, por sua vez, pela sangria desatada de divisas e pelo encolhimento da poupança disponível para novos investimentos. A explicação, aliás como quase tudo, em parte, é correta. Mas não explica o porquê de, mesmo com recursos escassos — e, na realidade, não tão escassos assim —, termos perdido, como diz Cristovam Buarque, a verdadeira agenda de discussão das questões do povo.

De acordo com Eliezer Batista, o problema da poupança, assim como sua alocação eficiente, também é uma questão de logística. O caso brasileiro não seria somente de falta de planejamento e conexão entre os diversos fatores que proporcionam o desenvolvimen-

to, mas, o que é pior, de privilégio dos interesses nucleares que orbitam cada vez mais distantes do social. Mas, a poupança existe? É claro que existe, pode ser menor, mas está aí. A poupança financeira bruta do país, segundo os dados da Cepal, é superior em 60% ao acumulado dos chamados países emergentes, ou seja, a Argentina e os novos "campeões de fachada", México, Chile e Venezuela. Somente o patrimônio dos investidores institucionais privados do país se aproxima dos US\$ 50 bilhões — duas vezes maior do que o PIB chileno. Esses agentes formadores de poupança, que no resto do mundo são os principais responsáveis pelos investimentos em infra-estrutura e construção civil, no Brasil dos Cetip's e Selic's têm o seu principal papel basicamente resumido ao financiamento da construção de shopping center e transferência de recursos, através de operações, na maioria das vezes especulativas, no microcosmo orbital do mercado acionário.

É evidência bastante ilustrativa a humilhante posição do Brasil no ranking mundial do mercado segurador (relação prêmio/PIB per capita), em 46º lugar, depois de países como o Zimbábue, Panamá, Venezuela, Malásia e Quênia, ou mesmo a curiosa composição das reservas técnicas das seguradoras, cuja inserção com o social se dá através de medidas incomuns, tais como a imobilização patrimonial na compra de títulos. Nesse caso, a esdrúxula conexão entre o social e o produtivo se verifica pelo dispêndio de poupança na aquisição de jazigos. Os fundos de pensão, por sua vez, com parca participação no financiamento da construção de novas moradias e obras de infra-estrutura, contrariando uma característica mundial, se destacam por liderar as participações e envolvimento em escândalos financeiros. Não convém sequer falar dos montepios e planos de saúde, e muito menos da miríade dos fundos estatais, seres híbridos que também configuram impostos para benemerência.

Apesar de tudo, a poupança "ainda pulsa". O que é necessário é que os investidores institucionais façam parte de um escopo consolidado, no qual seja permitido o máximo de liberdade possível na aplicação das suas reservas desde que em sintonia com uma logística de promoção do desenvolvimento, contemplando, necessariamente, o investimento rentável — capaz de sustentar os compromissos atuariais — em projetos de infra-estrutura, viabilizando a privatização prospectiva e reincorporando o social de forma produtiva.

As soluções não são singelas ou teleguiadas por uma "mão invisível". O país precisa ter lógica, se conectar. Isso se chama planejamento estratégico, e é o que impede que uma estrada seja construída para não chegar a lugar nenhum; ou que um porto, ao contrário do seu natural objetivo, funcione como meio de encarecimento da produção; ou que incentivos sejam concedidos a empreendimentos de retorno socialmente nuclear; ou que todas as novas unidades fabris, ao con-

trário da lógica de descontração regional da riqueza, sirvam apenas para jogar lenha no inferno urbano e estimular a disparidade de renda; ou que os investimentos em eletrificação, saneamento e telefonia atuem no sentido inverso do assentamento do homem no campo; ou que a educação tenha

apenas a função de enfeitar o narciso de anônimos sem chance de colocação e realização em qualquer mercado de trabalho; ou mesmo ainda que o crescimento dos índices econômicos tenha como contrapartida a geração multiplicada de miséria, abandono e desespero.

Como diz o secretário de Assuntos Estratégicos: "Uma coisa muito importante que os brasileiros precisam observar é que não é o acúmulo de bens materiais que vai resolver o problema do país. O importante é a qualidade de vida. Aí talvez seja melhor ser menos rico e mais feliz. A felicidade é um modo de pensar. Mas, de alguma forma, ela passa pelo social". □

**As soluções não são singelas nem teleguiadas por mão invisível. O país precisa ter lógica: isso se chama planejamento estratégico**